



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Letícia Gonçalves Rodrigues

Perceções sobre parentalidade em contextos de risco: um estudo na comunidade

Trabalho realizado sob orientação da

Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

fevereiro, 2021



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Letícia Gonçalves Rodrigues

Perceções sobre parentalidade em contextos de risco: um estudo na comunidade

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
17/02/2021, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^ª. Doutora Célia Isabel Lima Ferreira (Prof^ª. Auxiliar da Universidade
Lusófona do Porto);

Arguente: Prof^ª. Doutora Ana Rita Conde Dias (Prof^ª. Auxiliar da Universidade
Lusófona do Porto);

Orientador: Prof^ª. Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Prof^ª. Auxiliar da
Universidade Lusófona do Porto).

fevereiro, 2021

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

O término da dissertação revela o findar de um extenso percurso, um percurso de dedicação, de aprendizagens extraordinárias e acima de tudo, de certeza de que este é o caminho certo.

Em primeiro lugar, agradeço a quem me ajudou a definir enquanto pessoa e me incentivou, inteiramente na construção deste percurso. À minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e ao meu irmão. Aquelas pessoas que vivem comigo, dia após dia, as pequenas vitórias e todos os desafios deste caminho.

À minha orientadora, Professora Doutora Carla Antunes, por todos os conhecimentos que me transmitiu, pela disponibilidade e apoio constante durante todo este ano, mas acima de tudo por ser a orientadora notável que é. Um sincero obrigada.

Ao Rui Varajão, por toda a paciência, pelo infinito apoio que sempre me transmitiu, por estar presente nos momentos mais importantes da minha vida e por acreditar em mim e fazer com que eu também acredite.

À Natália Antunes, por estar sempre disponível, por ser tão positiva e calma, fazendo-me sempre acreditar que com esforço, com trabalho, tudo se consegue, por nunca me deixar desistir seja daquilo que for.

À Ana Antunes, por ser a minha companheira destes cinco anos de formatura, por me acompanhar em tudo, em cada vitória, em cada derrota e em cada desafio.

A todos os amigos, a todos os familiares que de forma direta ou indireta contribuíram para o culminar desta etapa, o mais sincero obrigado.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo principal explorar as percepções acerca da parentalidade em contextos de risco sob a perspectiva de pais integrados na comunidade e não sinalizados pelo sistema de promoção e proteção. Dezasseis pais (43.8% do sexo masculino e 56.3% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 24 e os 42 anos ($M = 33.7$; $DP = 4.8$) realizaram uma entrevista semiestruturada composta, essencialmente, por questões abertas. Os dados recolhidos foram analisados de acordo com a análise temática com o recurso ao software de investigação qualitativa QSR Nvivo12. Foi, ainda, utilizado um questionário sociodemográfico com o objetivo de recolher dados para a caracterização dos participantes, analisados posteriormente no *software IBM SPSS Statistics 25*. Resultaram cinco temas, nomeadamente: parentalidade ideal, parentalidade em contextos de risco, desenvolvimento saudável, desenvolvimento em contexto de risco e sistema de apoio formal, ancorados a três temas centrais (parentalidade, desenvolvimento da criança e sistema de apoio formal). Os dados obtidos contribuíram para um maior conhecimento sobre as percepções da comunidade acerca da parentalidade em contextos de risco. Mais especificamente, sobressaiu uma visão algo negativa das crianças sinalizadas e das suas famílias, bem como algum desconhecimento face ao sistema de promoção e proteção. Por fim, foram discutidas implicações para a intervenção neste domínio.

Palavras-chave: percepções parentalidade; contextos de risco; percepções desenvolvimento da criança/jovem, sistema de promoção e proteção

Perceptions about parenting in risk contexts: a community study

Abstract

The present study had as main objective to explore the perceptions about parenting in risk contexts from the perspective of parents integrated into the community and not signaled by the system of promotion and protection. Sixteen parents (43.8% male and 56.3% female), aged between 24 and 42 years old ($M = 33.7$; $SD = 4.8$) conducted a semi-structured interview composed essentially of open questions. The collected data were analyzed according to the thematic analysis using the qualitative research software QSR Nvivo12. A sociodemographic questionnaire was also used to collect data for the characterization of the participants, analyzed later in the IBM SPSS Statistics 25 software. Five themes resulted, namely: ideal parenting, parenting in laughter contexts, healthy development, development in context risk and formal support system, anchored to three central themes (parenting, child development and formal support system). The data obtained contributed to greater knowledge about the community's perceptions about parenting in risk contexts. More specifically, there was a somewhat negative view of the flagged children and their families, as well as some ignorance about the promotion and protection system. Finally, implications for intervention in this area were discussed.

Keywords: parenting perceptions; risk contexts; perceptions of child/youth development, promotion and protection system

Índice

Enquadramento conceptual	9
Parentalidade: conceitos e modelos explicativos.....	9
Parentalidade em contextos de risco.....	13
Perceções sobre a parentalidade de risco.....	14
Método	16
Participantes.....	16
Instrumentos	18
<i>Questionário Sociodemográfico</i>	18
<i>Entrevista Semiestruturada</i>	18
Procedimentos de recolha de dados.....	19
Procedimentos de análise de dados	19
Resultados	20
Parentalidade	21
<i>Parentalidade ideal</i>	21
<i>Parentalidade em contextos de risco</i>	23
Desenvolvimento da criança.....	24
<i>Desenvolvimento saudável</i>	24
<i>Desenvolvimento em contextos de risco</i>	26
Sistema de apoio formal	26
Discussão	28
Referências	33

Índice de abreviaturas e siglas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses

SPP – Sistema de Promoção e Proteção

ULP – Universidade Lusófona do Porto

Índice de tabelas

Tabela 1: <i>Caracterização sociodemográfica dos participantes</i>	17
Tabela 2: <i>Síntese dos Resultados - temas e subtemas</i>	20

Enquadramento conceptual

Parentalidade: conceitos e modelos explicativos

A parentalidade é descrita como uma das tarefas mais complexas e desafiantes do processo de desenvolvimento humano (Holden, 2010). Tem sido concetualizada por alguns investigadores como um conjunto de “atividades intencionais no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (Hoghughi, 2004) num ambiente seguro no sentido de uma progressiva autonomização (Maccoby, 2000).

Assumindo que a família é o primeiro contexto de socialização, esta exerce um papel fundamental no comportamento e desenvolvimento das crianças (Parke & Buriel, 2006). O impacto da parentalidade e dos fatores ambientais no ajustamento psicológico do indivíduo é um tema de profundas controvérsias e que tem incentivado a realização de vários estudos neste domínio (Collins et al., 2001). Na generalidade, a investigação tem evidenciado a relevância dos pais no processo de desenvolvimento e de socialização da criança (Barber et al., 2005). Recentemente, têm surgido outras abordagens que sugerem um maior peso dos fatores externos à família no processo de socialização dos indivíduos, como por exemplo, o grupo de pares e a vizinhança (Evans, 2006). Não obstante, os resultados de vários estudos longitudinais sugerem, consensualmente, que as práticas educativas continuam a ter um peso significativo no ajustamento psicológico dos filhos, evidenciando-se uma forte complexidade dos mecanismos presentes neste processo (Maccoby, 2000).

Ao longo do tempo, assistimos a alguma diferenciação entre os papéis parentais, sendo atribuído à mãe um papel mais restrito e doméstico e ao pai a responsabilidade de assegurar a ordem e a estabilidade financeira da família (Borsa & Nunes, 2011). Apesar deste modelo permanecer em alguns contextos, a emancipação da mulher nas mais distintas áreas tem permitido uma evolução da participação da figura paterna no processo de parentalidade e no desenvolvimento biopsicossocial da criança (Barros et al., 2019). Neste sentido, tem-se vindo a salientar a relevância de ambos os pais exercerem de forma colaborativa e equitativa o seu papel (i.e. coparentalidade) (Gomes & Resende, 2004; Silva & Piccinini, 2007). A coparentalidade favorece a construção por parte da criança de uma imagem positiva das suas relações afetivas e das interações sociais (McHale et al., 2004).

Considerando a relevância da parentalidade, tentar compreender a razão pela qual certos indivíduos parecem ser mais adequados no seu exercício, enquanto outros apresentam maiores dificuldades, é uma questão que tem inquietado alguns investigadores

e cujas respostas têm implicações ao nível da intervenção e da prevenção (Holden, 2010). Existem múltiplos fatores determinantes do comportamento dos pais, entre os quais a história de vida e circunstâncias individuais que, combinadas, parecem influenciar o funcionamento parental (Belsky & Jaffee, 2006).

O modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1999) procura explicar os fatores que influenciam o desenvolvimento do ser humano considerando quatro componentes, os processos proximais, a pessoa, o contexto e o tempo. De acordo com esta abordagem, o processo de desenvolvimento decorre e resulta da interação de diferentes ambientes: microsistema (padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pelo indivíduo, por exemplo, na família), mesossistema (interação entre dois ou mais contextos em que a pessoa participa ativamente), ecossistema (contextos em que a pessoa não participa ativamente, por exemplo, influência do trabalho dos pais na vida familiar) e microsistema (crenças religiosas ou ideologias políticas). De acordo com este modelo, é possível compreender que a parentalidade afeta o funcionamento do agregado familiar no seu todo, assim como o desenvolvimento de cada um dos membros que o constituem.

Tendo como referência o modelo ecológico sobre o desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1999), Belsky e Jaffee (2006), numa revisão teórica ao modelo socio-contextual e ecológico fazem referência a três grandes determinantes que influenciam as práticas parentais, nomeadamente as características individuais dos progenitores, as características individuais das crianças, e as características do contexto social. As características individuais dos cuidadores (e.g. personalidade) não só influenciam o desenvolvimento e crescimento da criança, mas também o contexto onde estão inseridos (Barroso & Machado, 2010). Quanto às características individuais das crianças, este modelo defende que se estas apresentam um temperamento mais difícil (e.g. irritabilidade, negatividade), pode desenvolver nos cuidadores um comportamento menos participativo quanto às suas necessidades (Belsky & Jaffee, 2006). No mesmo sentido, características individuais como a prematuridade, o baixo peso no nascimento, a incapacidade física ou psíquica, os problemas de conduta, entre outras, implicam uma redefinição das tarefas a desempenhar (Belsky & Jaffee, 2006). Por fim, vários autores (Barroso & Machado, 2010; Belsky & Jaffee, 2006) referem que o contexto onde a família se insere é considerado um determinante que pode gerar fontes de *stress*, ou pode constituir-se uma fonte de apoio (e.g. profissão, suporte social, relação conjugal). Esta abordagem defende que as vivências dos progenitores, o relacionamento conjugal e a vida profissional podem influenciar a sua

personalidade e o seu estado psicológico, que, por sua vez, pode conceber efeitos no desenvolvimento da criança (Silva & Vieira, 2018). Neste sentido, considera-se que em resposta a eventuais transformações e/ou acontecimentos (e.g. doença, divórcio, desemprego) não espectáveis no contexto familiar, a família é obrigada a adaptar-se e a recorrer à rede de suporte social disponível (Mondin, 2008).

O modelo transacional do desenvolvimento, relacionando as características biopsicossociais, destaca os efeitos bidirecionais entre as componentes pessoa e contexto na medida em que dirige o foco para as interações sociais que podem ser promotoras e protetoras no desenvolvimento global da criança (Linhares, 2015). Deste modo, quando uma criança/jovem vive num ambiente de elevada instabilidade, levará à incapacidade de organizar, de regular as emoções e comportamento, podendo afetar o seu desenvolvimento (Sameroff, 2010). Portanto, é essencial que os progenitores assegurem um papel ativo, uma vez que, nem todos os ambientes familiares são homogéneos, podendo ocorrer privações na saúde familiar e no desenvolvimento adequado de todos (Macana & Comim, 2015). Nos casos em que a família evidencia dificuldades no seu funcionamento, é expectável que surjam por parte das crianças e jovens comportamentos desajustados (Machado et al., 2002). Assim, os fatores de risco caracterizam-se por estarem associados a eventos ou acontecimento negativos que poderão originar a presença de problemas físicos, psicológicos e sociais, comprometendo o seu desenvolvimento biopsicossocial (Freire & Alexandre, 2015). Estes fatores podem ser de ordem individual (e.g. infância marcada por violência, comportamentos antissociais, consumo de álcool e outras substâncias), familiar (e.g. baixo estatuto social, destruturação familiar, ausência de apoio afetivo), interpessoal (e.g. rejeição dos pares, isolamento social), escolar (e.g. insucesso escolar) e de ordem comunitária (e.g. fraco envolvimento, ausência de apoio social, pobreza) (Murray, 2003; Ribeiro & Sani, 2009). Contudo, é necessário existirem, simultaneamente, dois ou mais fatores negativos para provocar um impacto significativo no desenvolvimento de uma criança/jovem, considerando a importância do acumular de vários fatores negativos em relação a cada natureza específica (Freire & Alexandre, 2015). É de salientar que estes fatores de risco dependem também das características do indivíduo, das características do próprio fator e da interação de ambos (Freire & Alexandre, 2015). Em contrapartida, a presença de fatores protetores atrasa, suprime ou neutraliza os resultados negativos (Ribeiro & Sani, 2009). Estes fatores protetores organizam-se em três níveis: individual (e.g. inteligência, autoestima), familiar (e.g. vinculação positiva, estilo parental

democrático) e comunitário (e.g. sucesso escolar, envolvimento em atividades sociais). Os fatores protetores exercem efeitos compensatórios, pois quando interagem com um acontecimento de risco, possuem um efeito de amortecedor (Ribeiro & Sani, 2009).

Por sua vez, o modelo cognitivo defende que existem três elementos fundamentais para compreender o funcionamento parental, designadamente os esquemas cognitivos, o funcionamento cognitivo e o produto entre conceitos anteriormente referidos (Azar & Goslin, 2008). A parentalidade é constituída por esquemas cognitivos como as perceções, as expectativas ou as crenças dos progenitores acerca da parentalidade que influenciam fortemente a forma como percecionam a realidade e, subsequentemente, as atitudes e comportamentos com os seus descendentes (Camilo et al., 2019). Deste modo, as representações cognitivas são definidas como o conhecimento que é armazenado na memória dos indivíduos tendo em conta os sujeitos que o rodeiam e o grupo social em que está inserido (Smith & Mackie, 2009). Assim, as representações pré-existentes irão influenciar os sentimentos, as emoções e os comportamentos do indivíduo (Camilo et al., 2019). Nesta perspetiva, uma parentalidade desadaptativa parece estar associada a esquemas parentais menos positivos, podendo levar à negligência ou ao abuso infantil. Isto é, se os progenitores têm crenças desadaptativas relativamente à parentalidade, que podem ter origem em diferentes fatores (e.g. experiências de maltrato na infância), será mais provável que adotem estes modos de agir com os seus descendentes. Assim, os esquemas cognitivos dos pais influenciam fortemente o modo como estes percebem e agem perante a criança. O modelo sociocognitivo, tem, aqui, um papel crucial, enfatizando o papel dos mecanismos de processamento de informação dos progenitores, que influenciam as suas práticas parentais (Azar & Goslin, 2008; Camilo et al., 2019).

A abordagem sociocognitiva evidencia as representações cognitivas, ou seja, a forma como as representações individuais podem ser partilhadas socialmente e como estas influenciam os esquemas dos progenitores. Portanto, quando os indivíduos estão inseridos num determinado grupo que predispõe de atributos negativos ou positivos, estes indivíduos tendem a adotar esses mesmos atributos (Koch et al., 2016). Assim, os indivíduos ao formarem uma impressão vão para além da informação que lhes é dada, pelo facto de possuírem representações mentais que são largamente partilhadas sobre o modo como diferentes traços de personalidade tendem a ocorrer num mesmo indivíduo (Bruner & Tagiuri, 1954). Estas representações mentais cumprem um princípio de consistência avaliativa, que diz respeito à valência dos traços (os indivíduos tendem a alcançar traços

positivos/negativos na presença de outros positivos/negativos). Estas teorias têm também em conta duas dimensões, a dimensão social e a intelectual, cada uma com um polo positivo e negativo (Koch et al., 2016).

Parentalidade em contextos de risco

De acordo com a literatura, a parentalidade pode classificar-se num contínuo entre práticas adaptativas e inadaptativas, traduzindo-se em diferentes resultados no desenvolvimento das crianças/jovens. A parentalidade em contextos de risco pode caracterizar-se pela presença de vários fatores de risco que tendem a aumentar a possibilidade de comportamentos de violência e de maus-tratos (Ribeiro & Sani, 2009). A infância e a adolescência revelam-se fases cruciais para o desenvolvimento e aquisição de competências e, alguns autores, consideram que é neste período que as crianças estão mais predispostas a experienciarem atitudes e consequências mais negativas devido à sua condição de vulnerabilidade (Sani, 2006). Por vezes, o ambiente familiar é marcado por elevados níveis de tensão, conflito e violência que poderão desencadear consequências de ordem fisiológica, comportamental, emocional e cognitiva nas crianças/jovens (Sani, 2006). Estudos têm também revelado que as dificuldades relacionadas com a parentalidade estão na génese do desenvolvimento de problemas de saúde mental na criança/jovem (Newman & Stevenson, 2005). Mais especificamente, constatou-se que a depressão parental pode desencadear nos filhos resultados negativos nas dimensões socioemocionais, comportamentais e académicas, podendo ocorrer mais tarde sinais que correspondem à presença de uma perturbação desafiante de oposição e/ou de comportamento (Teti & Cole, 2011).

Nestes contextos de risco e na sequência da presença de diversos fatores de risco (e.g. níveis elevados de *stress*, frágil envolvimento conjugal e reduzido apoio social), os progenitores podem negligenciar a sua relação com os filhos (Narciso et al., 2018). Por outro lado, as características positivas dos progenitores (e.g. autoeficácia, autoestima, satisfação com a vida) possibilitam a redução ou atenuação do impacto negativo destes contextos, promovendo uma parentalidade positiva no desenvolvimento da criança (Jeon & Neppl, 2016). Ainda assim, as variáveis como baixo rendimento, baixas qualificações académicas e história de abuso na infância estão associadas a níveis inferiores de autoestima e autoeficácia parental (Narciso, et al., 2018). Importa realçar que os estudos realizados neste domínio sugerem que a parentalidade é influenciada pelas crenças

formadas pelos progenitores (e.g. perspetivas sobre a parentalidade, expetativas sobre os filhos), através das dinâmicas familiares, da relação progenitores-filhos e das características dos filhos, que orientaram a sua atividade parental (Senese 2012).

Em contextos de risco (e.g. exposição à violência interparental), existe uma influência nas crenças que a criança possa vir a ter sobre si mesma e sobre o significado de família, uma vez que, níveis elevados de conflito interparental podem prejudicar a condição de segurança na criança e desencadear nesta, problemas de saúde mental (Margolin & Gordis, 2000). Nestes contextos, é possível que a criança tenha uma visão dos cuidadores enquanto figuras recetivas, disponíveis e sensíveis às suas necessidades. Contudo, se elas percecionam os progenitores como hostis, coercivos e que as rejeitam, estas constroem crenças negativas dos cuidadores e do *self* (Waters & Cummings, 2000). Deste modo, alguns estudos têm evidenciado uma associação significativa entre o estilo parental e os comportamentos disruptivos nos jovens (Álvarez-García et al., 2016). Mais especificamente, têm demonstrado que níveis superiores de adoção de práticas parentais positivas (e.g. aceitação, afeto, comunicação) estão associados a níveis inferiores de propensão de condutas antissociais e que, por outro lado, níveis superiores de práticas parentais negativas (e.g. rejeição, negligência, hostilidade) associam-se a uma predisposição mais elevada dos jovens serem antissociais (Hoeve et al., 2009). O estilo parental negligente está positivamente associado ao comportamento antissocial. Por outro lado, não é expectável que jovens com pais responsivos adotem condutas desajustadas (Álvarez-García et al., 2016).

Perceções sobre a parentalidade de risco

As crenças e as atitudes parentais parecem desempenhar um papel fundamental no exercício parental, uma vez que, moldam as práticas parentais, tendo sido objeto de estudo por diversos autores (Keller, et al., 2003; Lordelo et al., 2000). Tais crenças constroem-se ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo através das interações que existem com o meio, com as pessoas significativas, com os acontecimentos, entre outros (Beck, 1997). São representações simbólicas, de carácter subjetivo e podem referir-se a objetos ou eventos do passado, do presente ou sobre expetativas quanto ao futuro (Burrus & Carney, 2015). Quanto às atitudes, estas consistem nas disposições comportamentais adquiridas para atuar, refletir ou sentir perante a presença de um indivíduo, acontecimento ou objeto (Meena et al., 2012). Apesar da relação entre estes conceitos não ser necessariamente

consensual, as crenças de um indivíduo podem estar ligadas a um atributo positivo ou negativo que forma uma atitude, e estas associações podem surgir de experiências pessoais ou de outros (Bandura et al., 2011).

Alguns investigadores referem-se às ‘imagens sociais’, como ideias compartilhadas sobre certos grupos ou sociedades que prevalecem sem qualquer evidência objetiva da sua veracidade (Calheiros, 2011). Efetivamente, a cultura desempenha um papel fulcral na construção das ideias parentais, uma vez que as crenças parentais tendem a ser culturalmente partilhadas e delineadas (Holden, 2010). Posto isto, as normas que definem uma parentalidade ajustada/desajustada são construídas socialmente, dado que, resultam de impressões subjetivas, crenças culturais ou preocupações relacionadas com determinados contextos, variando significativamente de cultura para cultura (Van Mourik et al., 2016).

Frequentemente, estas imagens estão ligadas a estereótipos na medida em que emergem de conceções rígidas ou generalizações excessivamente simplificadas sobre uma realidade (Corsini, 1999). Estas crenças podem ser construídas a partir das experiências proximais dos pais e educadores e podem ser produzidas com base nas experiências passadas, ou basearem-se na experiência educativa e na relação com a criança (Calheiros, 2011). Assim, os indivíduos tendem a atribuir características a outros indivíduos pertencentes a um determinado grupo, quer conheçam ou não um membro desse grupo.

Alguns estudos têm vindo a analisar as imagens sociais relativamente a determinados grupos de risco, nomeadamente famílias de nível socioeconómico baixo e famílias de crianças e jovens em acolhimento residencial. Na generalidade, os estudos refletem imagens sociais negativas associadas a ambos os grupos, comparativamente às imagens veiculadas relativamente a famílias com nível socioeconómico médio (Patrício et al., 2019). As famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional são descritas como evidenciando um desajustamento ao nível psicológico (e.g. tristes, revoltadas e desmotivadas) e das práticas educativas, assim como, défices ao nível da organização, dos recursos económicos e do suporte social e familiar (Zappe, 2017). Em contrapartida, as famílias que detêm de um nível socioeconómico médio são percebidas como famílias competentes e com estabilidade em diversos níveis, designadamente profissional, funcional, emocional e parental, sendo ainda referenciados alguns aspetos estruturais (e.g. famílias unidas, acolhedoras e seguras; Patrício et al., 2019; Zappe, 2017).

O impacto destas imagens sociais estereotipadas em diferentes grupos e contextos tem sido, igualmente, analisado em diferentes estudos, que revelam que estas podem impactar a

vida dos indivíduos através de processos de discriminação e interação negativa. Por sua vez, estes processos conduzem a uma ativação automática de estereótipos e a ameaças à identidade do indivíduo, assim como a uma confirmação por parte do mesmo das expectativas que os outros detêm sobre ele (Major & O'Brien, 2005). Mais especificamente, estas percepções sociais tendem a orientar julgamentos e comportamentos, frequentemente induzindo os indivíduos estereotipados a comportarem-se de acordo com essas expectativas e, assim, promover a sua validação e perpetuação (Rosenthal, 2000).

Ademais, os estereótipos negativos podem afetar indiretamente os indivíduos, através de práticas discriminatórias, uma vez que, apresentam consequências no ajuste e integração social (Leary et al., 2011). Estes estereótipos, podem, ainda, influenciar diretamente os sujeitos, originando diversos problemas, tais como, depressão, *stress*, medo, vulnerabilidade e baixa autoestima (Howarth, 2006; Van Brakel, 2006). A evidência científica tem demonstrado que os estereótipos podem ter consequências negativas a curto e longo prazo no bem-estar das crianças e jovens, desencadeando processos de autodesvalorização e autoestimatização, ou seja, sentimentos de vergonha e inferioridade (Arpini, 2003).

Tal como mencionado anteriormente, as imagens sociais atribuídas a grupos de risco têm um impacto prejudicial no desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos, como tal, torna-se essencial o estudo aprofundado destas percepções sociais em relação à parentalidade em contextos de risco. Apesar do investimento científico neste domínio, os estudos realizados têm incidido, essencialmente, sobre as famílias de crianças e jovens em acolhimento e de nível socioeconómico baixo. Consequentemente, o presente estudo, pretende, através de uma abordagem de investigação qualitativa, mais aprofundada e compreensiva, explorar as percepções de pais integrados na comunidade acerca da parentalidade em contextos de risco, do desenvolvimento das crianças/jovens em contextos de risco e do papel do sistema de promoção e proteção no ajustamento individual e familiar em contextos de risco.

Método

Participantes

Para a seleção dos participantes, considerou-se relevante a definição de alguns critérios de inclusão, tais como: (a) ser pai ou mãe de crianças em idade pré-escolar (≤ 6 anos); (b) não terem sido alvo de sinalização no contexto dos serviços de promoção e proteção; (c)

não terem formação nas áreas de ciências sociais e humanas; e (d) não exercerem funções laborais em contextos de intervenção e prevenção no âmbito da promoção e proteção.

Participaram neste estudo 16 pais, dos quais sete (43.8%) do sexo masculino e nove (56.3%) do sexo feminino. A faixa etária dos participantes está compreendida entre os 24 e os 42 anos ($M = 33.7$; $DP = 4.8$). As características sociodemográficas encontram-se sumariadas na Tabela 1. Todos os participantes são de nacionalidade portuguesa, a maioria residente em Braga ($n = 10$; 62.5%) e os restantes em Viana do Castelo ($n = 6$; 37.3%). A maioria mantém uma relação matrimonial ($n = 11$; 68.8%), sendo os restantes participantes solteiros ($n = 4$; 25.0%) e apenas um divorciado (6.3%). Quanto às habilitações académicas, é de destacar que oito dos participantes (50%) possuem o ensino secundário, três (18.8%) completaram a licenciatura e dois (12.5%) o mestrado. Relativamente à atividade profissional, 15 participantes (93.8%) encontram-se empregados em diferentes setores, sendo que apenas um (6.3%) se encontra desempregado. A maioria dos participantes reportou ter um filho ($n = 10$; 62.5%) e os demais reportaram ter dois e três filhos ($n = 3$; 18.8%).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes

Variáveis Sociodemográficas	n	%	M	DP
Sexo				
Feminino	9	56.3		
Masculino	7	43.8		
Idade			33.69	4.77
Estado Civil				
Solteiro/a	4	25.0		
Casado/a	11	68.8		
Divorciado/a	1	6.3		
Número de filhos				
1 filho	10	62.5		
2 filhos	3	18.8		
3 filhos	3	18.8		
Nacionalidade				
Portuguesa	16	100		
Distrito de residência				
Braga	10	62.5		
Viana do Castelo	6	37.5		

Grau Académico		
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	2	12.5
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	1	6.3
Secundário	8	50
1º Ciclo do Ensino Superior/Licenciatura	3	18.8
2º Ciclo do Ensino Superior/Mestrado	2	12.5
Categoria profissional		
Indústria	3	18.8
Saúde	3	18.8
Economia	3	18.8
Comércio	2	12.5
Trabalho doméstico	2	12.5
Estética	2	12.5
Desempregada/o	1	6.3

Instrumentos

No presente estudo, recorreu-se a um questionário sociodemográfico e a um guião de entrevista semiestruturada.

Questionário Sociodemográfico

O questionário foi especificamente desenvolvido para este estudo e teve como objetivo recolher dados para a caracterização dos participantes, nomeadamente, ao nível demográfico (e.g. sexo, idade, nacionalidade, distrito de residência, estado civil, número de filhos, idade dos filhos) e das habilitações académicas e profissionais (e.g. último grau académico concluído, condição profissional e profissão atual).

Entrevista Semiestruturada

O instrumento é composto, essencialmente, por questões abertas permitindo obter um diálogo livre acerca dos vários assuntos abordados. Este guião de entrevista inclui questões que visam explorar as perceções dos participantes relativamente às seguintes dimensões: parentalidade e, especificamente, em contextos de risco (e.g. “De acordo com a sua experiência pessoal como definiria, “bom pai”? e “boa mãe?”, “Que papel estas mães/pais podem ter no processo de crescimento dos filhos nestas condições?”); desenvolvimento da criança, (e.g. “O que é as crianças/jovens precisam para se desenvolverem bem?”, “De que forma é que caracterizaria o desenvolvimento de uma criança/jovem sinalizado numa

CPCJ?"); e o sistema formal de proteção e apoio (e.g. “Quando pensa em si como mãe/pai entende que estas entidades apoiam o exercício da parentalidade? Se sim, como?”, “O que pensa da forma como as entidades em Portugal apoiam os pais em contexto de risco?”).

Procedimentos de recolha de dados

Este estudo integra-se num projeto de investigação mais alargado que envolve o recurso a uma metodologia mista (i.e., qualitativa e quantitativa) de recolha de dados com múltiplos informantes (e.g. profissionais do SPP), tendo sido avaliado e aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica da ULP.

Os participantes foram selecionados, inicialmente, a partir de contactos informais, sendo posteriormente utilizada a técnica de *snow ball sampling*. Inicialmente, foi prevista a realização das entrevistas em contexto presencial, no entanto, atendendo às circunstâncias de pandemia (Covid-19) e ao estado de emergência vigente no país, estes procedimentos foram reavaliados pela equipa de investigação. Deste modo, as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos participantes e realizaram-se em formato virtual, por videochamada (através das aplicações: *Messenger*, *FaceTime* e *WhatsApp*). As entrevistas tiveram uma duração de aproximadamente 60 minutos e foram gravadas em áudio, tendo sido cumpridos os princípios do código deontológico da OPP, preservando os direitos de informação, anonimato e confidencialidade, salvaguardados pela recolha do consentimento informado junto dos participantes.

Procedimentos de análise de dados

Para a caracterização dos participantes foi realizada uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas através do *software IBM SPSS Statistics 25*.

As entrevistas foram transcritas em modo *verbatim* e analisadas com recurso ao *software QRS Nvivo 12*. Recorreu-se à análise temática, método que permite a identificação, análise e descrição de padrões de informação emergentes nos dados, privilegiando uma abordagem indutiva e inclusiva aos dados (Braun & Clarke, 2006). Esta análise realizou-se de acordo com as fases elencadas por Braun & Clarke (2006): (1) processo de familiarização com os dados, através da realização da transcrição das entrevistas e exploração inicial das mesmas; (2) criação de códigos iniciais, identificando padrões significativos nos dados; (3) procura de temas, após a codificação em categorias; (4) revisão dos temas, tentando compreender se as codificações realizadas e a informação

apresentavam coerência interna e heterogeneidade externa. Por último, foram escolhidos e definidos os temas e os subtemas. A descrição dos resultados inclui o número de participantes que repostou o referido subtema (N) e o número de unidades de registo incluídas em cada subtema (n).

Na perspetiva de garantir a validade e fiabilidade de processo de análise, a codificação dos dados foi sistematicamente discutida com um investigador sénior neste domínio de investigação.

Resultados

Os resultados serão apresentados por categorias recorrendo às verbalizações dos entrevistados que salvaguardam e contextualizam a categoria, contribuindo para uma visão ampla e facilitadora do processo indutivo. Da análise resultaram três categorias centrais: “Parentalidade” que inclui duas dimensões (i.e. parentalidade ideal e parentalidade em contextos de risco); “Desenvolvimento da criança” que inclui duas dimensões (i.e. desenvolvimento saudável e desenvolvimento em contexto de risco); e por fim, “Sistema de apoio formal” que inclui três dimensões (i.e. constrangimentos na eficácia do sistema, apoios no exercício da parentalidade, e implementação de medidas para a otimização do sistema).

Tabela 2

Síntese dos Resultados - temas e subtemas

Temas	Subtemas
Parentalidade ideal	Foco nas necessidades dos filhos (N=16; n=20)
	Igualdade parental (N=16; n=55)
	Papel complementar do pai (N=7; n=7)
	Responsividade e envolvimento materno (N=14; n=19)
	Disponibilidade e sensibilidade paternas (N=6; n=9)
	Proatividade (N=6; n=7)
	História de vida (N=16, n=118)
Parentalidade em contextos de risco	Conflito interparental (N=15; n=41)
	Impacto da história parental na parentalidade atual (N=15; n=25)
	Vulnerabilidade emocional (N=12; n=22)
	Reduzidos recursos económicos (N= 11; n=16)
	Problemas de saúde mental (N= 8; n=11)

	Falta de suporte social e familiar (N=5; n=5)
	Ausência de estimulação (N=5; n=5)
Desenvolvimento saudável	Suporte afetivo e emocional consistente (N=15; n=35)
	Estabilidade familiar (N=14; n=23)
	Educação e competências sociais (N=10; n=13)
	Garantia dos cuidados básicos (N=9; n=13)
	Estimulação desenvolvimental (N=9; n=12)
	Aquisições desenvolvimentais normativas (N=4; n=4)
Desenvolvimento em contextos de risco	Vulnerabilidade emocional (N=14; n=15)
	Comprometimento das relações sociais (N=9; n=15)
	Estigmatização e vitimação (N=8; n=9)
	Problemas de comportamento (N=3; n=3)
Sistema de apoio formal	Constrangimentos na eficácia do sistema (N=16; n=23)
	Apoios no exercício da parentalidade (N=15; n=42)
	Implementação de medidas para a otimização do sistema (N=10; n=38)

Parentalidade

A presente categoria é subdividida em duas dimensões, parentalidade ideal e parentalidade em contextos de risco.

Parentalidade ideal

O foco nas necessidades dos filhos é um tema que emerge associado à parentalidade ideal nas narrativas de todos os participantes (N=16; n=20). Mais especificamente, referem-se ao esforço parental no ajustamento das suas expectativas e práticas parentais às características e necessidades específicas das crianças, (e.g. “*É o pai e a mãe que têm que saber lidar, têm que se adaptar às diferentes características dos filhos, porque eles são todos diferentes mesmo, por exemplo há crianças que tu dizes faz isto e ela faz logo, mas depois há outras que tu tens que dizer 3 vezes ou mais, temos que nos adaptar é mesmo assim*”, P12). De igual modo, os discursos dos participantes salientaram a igualdade parental como uma condição para uma parentalidade adequada nos dias que correm (N=16; n=55; (e.g. “*É assim, hoje em dia acho que o pai acaba por ser igual à mãe, sabes,*

antigamente havia muito aquilo de aí essas coisas são da mãe, agora já não, por isso acho que o papel do pai é igual ao papel da mãe”, P12). No entanto, sete participantes salientaram que o papel do pai é um papel complementar ao papel exercido pela mãe (N=7; n=7; e.g. “Tem que completar o papel da mãe, por exemplo, participar na escola, ou pelo menos tentar perceber como estão a correr as coisas”, P3).

A maioria dos entrevistados (N=14; n=19) salientou a responsividade afetiva maternal, descrita como os comportamentos de afeto e de atenção e resposta às necessidades dos filhos como características de uma parentalidade “ideal” (e.g. “Uma boa mãe é ter competências a nível do afeto, carinho, amor e atenção, muita atenção a tudo”, P2). O envolvimento da mãe, caracterizado pela presença ativa da figura materna na vida da criança, foi salientado pelos participantes como uma qualidade de uma parentalidade “ideal”, (e.g. “Uma boa mãe é aquela que cuida sempre do seu filho, não deixa que nada lhe aconteça de mal, está sempre lá para quando eles querem, estar lá para quando eles precisam principalmente”, P6). Os participantes enfatizaram determinadas funções do papel maternal, designadamente, a prestação adequada dos cuidados básicos (N=14; n=27), ou seja, cuidados de higiene, alimentares entre outros (e.g. “Uma boa mãe, tem de cumprir todas as funções, é alimentar bem o filho, é tratar da higiene, do vestuário, dessas coisas essenciais”, P7); as competências educativas (N=8; n=12) como sendo competências essenciais no desenvolvimento de valores (e.g. “Funções educativas, ou seja, incutir os melhores valores, educar da melhor forma, conseguir aconselhar e conversar da melhor maneira com o filho”, P13); a estimulação desenvolvimental (N=6; n=6) como uma dimensão promotora do desenvolvimento físico e psíquico das crianças, (e.g. “É como é que eu vou explicar, é estimular a criança, arranjar sempre atividades, como estamos nesta fase de confinamento é tentar encontrar sempre atividades diversas e coisas novas para fazer, para nunca o deixar de estimular, isso é muito importante”, P11); e, por fim, o acompanhamento socioeducativo (N=3; n=5) que se descreve por ser um acompanhamento próximo da figura materna às atividades escolares da criança, (e.g. “É acompanhar os filhos na escola, ajudá-los nos trabalhos, dar-lhes todo o apoio que eles precisam”, P16).

Relativamente à figura paterna, os entrevistados referiram, essencialmente, dimensões parentais como a disponibilidade e a sensibilidade (N=6; n=9), isto é, pais mais focados na parentalidade e com maior disponibilidade para os filhos (e.g. “Um bom pai, de todo, não pode ter falta de tempo para brincar com as crianças, não pode deixar de ter essa parte dinâmica e brincalhona”, P12), e mais sensíveis às particularidades e necessidades

específicas das crianças (e.g. *“Talvez tenha capacidade para ver algumas fragilidades das crianças, seja mais atento a determinados pormenores”*, P8).

Os entrevistados salientaram a necessidade de uma parentalidade adequada exigir capacidade de proatividade (N=6; n=7), argumentando que as figuras parentais devem antecipar as necessidades dos filhos e responder de forma consistente aos seus interesses (e.g. *“É ter ambição, ambição de querer ser boa mãe e de fazer por isso, de querer um trabalho estável para dar o melhor aos filhos, é o que eu digo estas mães não se esforçam, não querem mudar”*, P8).

Parentalidade em contextos de risco

A parentalidade em contextos de risco é descrita pelos participantes como um desafio acrescido. A totalidade dos participantes referenciou a história de vida (N=16; n=118) como uma variável que afeta o exercício da parentalidade nestes contextos, na medida em que as vivências passadas influenciam o desempenho da parentalidade destes pais, quer pela reprodução das práticas parentais, quer pela tentativa de contrariarem o que de menos positivo vivenciaram enquanto filhos (e.g. *“Nós acabamos por ser um bocadinho o espelho do que os nossos pais nos deram, ou por outro lado tentamos, vamos tentar alterar ou trabalhar coisas que correram menos bem connosco. Sim, acho que tem tudo a ver com as vivências passadas, acho que basicamente é isso”*, P10).

Na perceção da maioria dos entrevistados, o conflito interparental (N=15; n=41) é descrito como sendo um fator influenciador da parentalidade em contextos de risco, uma vez que, as discórdias reiteradas entres os progenitores condicionam o bom desenvolvimento do papel parental dos indivíduos (e.g. *“Se os pais estão em constantes discussões, em constantes conflitos, não vão conseguir dar a atenção e o amor de que a criança precisa, eles não vão conseguir ser bons pais”*, P13). Ademais, a maioria dos participantes fez referência ao impacto da história parental na parentalidade atual (N=15; n=41), salientando que as figuras parentais tornam-se modelos para os filhos enquanto futuros adultos, através das suas características pessoais e da forma de estar (*“Penso que isso interfere muito, sim, porque é assim, se o pai ou a mãe teve um educação muito ríspida penso que também irá ser assim, ríspido com o filho, se teve uma educação com base na atenção e no carinho é isso que vai passar para o filho”*, P13).

De acordo com a análise dos discursos, a vulnerabilidade emocional (N=12; n=22) é um atributo que influencia a parentalidade nestes contextos, sendo salientadas as

dificuldades na expressão emocional, (e.g. *“Faltam-lhes ser amorosos, vou falar tanto de pai como de mãe, faltam-lhes ter tido alguém que lhes ensinasse amar, que lhes tivesse dado carinho, porque estes pais não têm nada disso”*, P9). Os reduzidos recursos económicos (N=11; n=26) são, igualmente, mencionados pelos entrevistados como sendo um fator que condiciona a prática da parentalidade, visto que, a escassez de recursos económicos limita o leque de recursos/oportunidades que estes pais podem ceder aos filhos, (e.g. *“A falta de dinheiro, a falta de recursos, o não conseguirem proporcionar uma vida melhor aos filhos porque não têm como, e depois vem a frustração que deve ser enorme, de quererem dar mais, quererem que os filhos tenham acesso a coisas e não conseguirem”*, P16).

Nestes contextos de risco, os participantes referiram ainda o facto de as figuras parentais revelarem problemas de saúde mental (e.g. *“Se calhar até têm uma doença e não sabem, depois como são doentes, não conseguem cuidar dos filhos, porque quando não se está bem não se consegue cuidar de ninguém, deviam procurar um profissional de saúde para os ajudar”*, P1). Neste seguimento, a falta de suporte social e familiar nestas famílias (N=5; n=5) foi relatada pelos participantes, que referiram que na sua perceção, estes pais não dispõem de uma rede de suporte sólida que os apoie nas exigências/dificuldades associadas à parentalidade (e.g. *“Muitas vezes não encontram quem as ajude, não têm ninguém que os ensine a ser melhores e a mudar, até podem ser mesmo as próprias pessoas que os rodeiam que não facilitem, não os apoiam”*, P4).

Por fim, ainda que com menor expressão, alguns entrevistados referiram a ausência de estimulação desenvolvimental nestes contextos (N=5; n=5; e.g. *“É o desinteresse por parte dos pais, a não estimulação em casa, por exemplo, a criança fica ali entretida no tablet e pronto, ninguém fala com ela, ninguém brinca com ela, ninguém quer saber dela”*, P11).

Desenvolvimento da criança

O desenvolvimento da criança, refere-se a um desenvolvimento global, quer físico como psíquico. Esta categoria subdivide-se em duas dimensões: desenvolvimento saudável e desenvolvimento em contextos de risco.

Desenvolvimento saudável

O desenvolvimento saudável, na perspetiva dos participantes, decorre de um suporte afetivo e emocional consistente por parte dos cuidadores (N= 15; n=35), ou seja, quando a

criança dispõe de vínculos afetivos e emocionais seguros (e.g. *“É terem muito amor e carinho, sim o amor é fundamental para uma criança se desenvolver bem, e terem alguém com quem elas possam contar”*, P6; *“É terem alguém que lhes dê amor, que lhes dê afeto, é terem alguém com quem falar, sim acho que isso é o essencial, as crianças precisam de falar, e de ter alguém que lhes dê ouvidos”*, P11). Outro tema relatado pela maioria dos entrevistados é a estabilidade familiar (N=14; n=23), definida como reflexo de um ambiente estruturado e seguro no contexto familiar que proporciona o desenvolvimento salubre da criança (e.g. *“É o bom ambiente familiar, a interação entre o casal, a relação entre os familiares é fundamental, penso que seja o mais importante”*, P16).

A educação e a capacidade de socialização (N=10; n=13) foram também temas referenciados pelos participantes, sendo que, a educação e as competências de interação com os outros são descritas como fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança (e.g. *“É uma criança que comunique bem, que tenha interações fluídas com outras crianças, que saiba ouvir e parar quando tem que parar, respeitar quando o chamam atenção, que tenha regras no fundo, sim para mim isso é um bom desenvolvimento”*, P12). A garantia dos cuidados básicos (N=9; n=13), mais especificamente, de alimentação e higiene, é um assunto salientado pelos entrevistados como sendo uma condição essencial para o desenvolvimento salubre de uma criança (e.g. *“Um bom desenvolvimento é ter uma boa alimentação, ter roupa para vestir e higiene, é o básico mesmo”*, P7). Para além disto, os participantes descreveram, ainda, que a estimulação desenvolvimental (N=9; n=13), nomeadamente a dinâmica e a criatividade para desenvolver atividades que estimulem as aquisições desenvolvimentais, tem um impacto positivo no desenvolvimento (e.g. *“Para se desenvolverem bem precisam de estímulos, a nível motor, por exemplo no início da vida, precisam de atividades, de brincadeiras com eles”*, P3). Por fim, ainda que com menor expressão, alguns participantes (N=4; n=4) descreveram o conjunto de aprendizagens que a criança realiza durante a sua vida no tempo expectável (i.e. aquisições desenvolvimentais normativas), como uma dimensão que caracteriza um desenvolvimento positivo (e.g. *“Acho que é quando tem um desenvolvimento típico para a idade, quando tem as aquisições nos momentos certos, quando começa a desenvolver competências específicas para determinada etapa, isso vê-se num bom desenvolvimento de uma criança”*, P10).

Desenvolvimento em contextos de risco

Este tema refere-se ao desenvolvimento da criança em contextos de risco percebido pelos participantes. Os pais salientaram a vulnerabilidade emocional como uma dimensão que caracteriza estas crianças, especificando que são crianças mais tristes (N=12; n=15; e.g. *“São crianças tristes, crianças que não têm mesmo nenhuma felicidade”*, P4), com maior tendência para o isolamento (N=5; n=5; e.g. *“Essas crianças são retraídas de brincar com outras crianças e com outras pessoas, não socializam mesmo, isolam-se”*, P11) e mais frágeis (N=3; n=3; e.g.: *“Podem ser crianças frágeis, com baixa autoestima”*, P12).

Outro tema reportado foi a vivência de experiências de estigmatização e vitimação por parte destas crianças (N=8; n=9) nos seus contextos de vida (e.g. *“Se calhar na escola, a discriminação por parte de outras crianças, porque as crianças são muito mázinhas umas com as outras, e isso pode ser muito complicado de gerir”*, P16). As narrativas dos participantes, mencionaram, ainda, a maior tendência destas crianças para o desenvolvimento de problemas comportamentais como uma dimensão de impacto (N=3; n=3; e.g. *“São crianças rebeldes, mas são rebeldes devido a tudo o que lhes está a acontecer, algumas delas até podem entrar por maus caminhos devido aos problemas que têm, e depois acabam por tornarem-se jovens muito problemáticos”*, P16).

Sistema de apoio formal

Relativamente ao sistema de apoio formal, emergiram subtemas como constrangimentos na eficácia da parentalidade (N=16; n=23), apoios no exercício da parentalidade (N=15; n=42) e implementação de medidas para a otimização do sistema (N=10; n=38). De acordo com a maioria dos participantes (N=15; n=15) a falta de colaboração dos pais com as entidades de intervenção é o principal constrangimento de eficácia (e.g. *“Eu penso que, em muitos casos, penso que os próprios pais são uma barreira pois devem mentir e ocultar muitas coisas, devem recursar-se a ser ajudados por sentirem que estão bem e que estão a fazer o que é correto”*, P13). Outro constrangimento apontado pelos participantes (N=5; n=5) foi a resistência das famílias para a intervenção, que na ótica dos participantes inviabiliza o apoio (e.g. *“Olha, em certos casos deve mesmo dificultar, nos casos em que os pais não vêm aquilo como uma ajuda, mas como um ataque, como uma intromissão na família”*, P14). Com menor expressão foram mencionadas a ausência de apoio do estado às entidades para operacionalizar as respostas/recursos necessários (N=2; n=2; e.g. *“Deve ser muito difícil, a nível económico*

principalmente, da parte do estado, não devem dar muitos apoios”, P1) e a responsabilidade na tomada de decisão por parte das entidades (N=1; n=1; e.g. “É assim, também não deve ser fácil tomar certas decisões, saber que é da responsabilidade deles certas coisas, se calhar também têm medo, medo de errar por exemplo”, P16).

Quanto aos apoios no exercício da parentalidade, os participantes destacaram o desenvolvimento de competências parentais (N=10; n=20) como sendo o principal auxílio prestado pelas entidades (e.g. “É ajudá-los a serem melhores pais, ensiná-los a ter paciência, muita paciência, a serem calmos para conseguirem educar os filhos, a não fazerem nem dizerem certas coisas em frente às crianças”, P6). Três participantes salientaram a psicoeducação como um apoio essencial ao exercício da parentalidade na medida em que permite a desconstrução de crenças (e.g. “Ensinam-lhes as coisas básicas, tiram-lhes certas ideias da cabeça que não fazem sentido, acabam por também educá-los de certa forma, por estes pais também muitas vezes não sabem fazer melhor do que o que fazem”, P1). No entanto, alguns participantes (N=6; n=8) consideraram que existe uma ausência de apoio aos pais no que remete ao exercício da parentalidade (e.g. “Muito sinceramente, acho que o que lhes importa é saber se a criança está bem, as condições onde vive e pouco mais, mas com os pais não, duvido que façam alguma coisa”, P7).

Os entrevistados destacaram diversas medidas para a otimização do sistema, nomeadamente a necessidade de um maior número de recursos humanos especializados (N=10; n=10), com vista a dar respostas mais adequadas e contínuas ao longo do processo de intervenção (e.g. “Eu não sei bem quantas pessoas trabalham lá, mas se calhar se houvesse mais profissionais específicos da área a trabalhar nos processos as coisas andavam mais rápido, e as crianças estavam mais protegidas e de forma mais contínua”, P14). Adicionalmente, reportaram a necessidade de um acompanhamento técnico contínuo (N=6; n=7), caracterizado por uma maior proximidade e envolvimento dos técnicos (e.g. “É assim, acho que poderiam fazer ações mais presenciais, ir constantemente fazer visitas não marcadas as casas dessas famílias para verem em que ambiente está a crescer aquela criança, fazerem visitas às creches, escolas onde as crianças estão, ou seja, estarem mais próximos destas famílias e de forma mais persistente”, P13). Alguns participantes salientaram a importância de haver uma maior sensibilização junto da comunidade (N=5; n=4), referindo a reduzida informação disponibilizada acerca destas entidades (e.g. “Acho que se deveriam mostrar mais, darem-se a conhecer, porque muitas vezes só na escola é que se apercebem dos problemas, e se toda a gente soubesse que existem estas entidades e

soubessem o que elas fazem, até um vizinho podia tentar ajudar e sinalizar, mas se não conhecem esses sítios ninguém vai fazer nada”, P16). Dois participantes sugeriram a necessidade de uma intervenção mais precoce nestes contextos (e.g. “Eu acho que deveria haver um acompanhamento mais de início, por exemplo, logo no hospital saberem onde vai morar o bebé, com quem vai morar, em que condições vai morar, que possibilidades económicas têm os pais para criar o filho, isto tudo, logo numa primeira fase da vida, para não deixar chegar a certos pontos, a certos limites, para não ser tarde demais”, P7). Somente um participante referiu a relevância de uma participação ativa da criança no decorrer do processo (e.g. “E também deviam ouvir a criança, ouvir sempre a criança, acho que isso é muito importante”, P3). De referir que seis entrevistados não referiram qualquer medida por desconhecimento da área (“Ui, não sei, não sei mesmo, eu mantinha como está, porque não sei mesmo”, P3).

Discussão

O presente estudo teve como principais objetivos explorar as perceções sociais acerca da parentalidade em contexto de risco, o desenvolvimento das crianças/jovens em contextos de risco e, ainda, explorar as perceções acerca do papel do sistema de promoção e proteção.

Na perceção dos participantes, uma parentalidade ajustada é caracterizada por um foco nas necessidades e características dos filhos, mais especificamente, por um ajustamento das expectativas parentais e das práticas parentais às características e necessidades dos filhos. De forma consensual, os participantes fazem referência à igualdade parental como uma qualidade da parentalidade ‘ideal’, isto é, os pais expressaram que, contrariamente ao passado, o papel paterno na família tem vindo a ser equiparado ao papel materno, bem como salientaram existir uma maior disponibilidade da figura paterna para os filhos. De acordo com Borsa e Nunes (2011), ao longo de muitas décadas assistimos a alguma diferenciação entre os papéis parentais, no entanto, apesar deste modelo ainda permanecer em alguns contextos, a emancipação da mulher em diversas áreas tem permitido uma evolução à participação da figura paterna no processo de parentalidade e no desenvolvimento da criança (Barros et al., 2019). Contudo, importa referir que um número significativo dos pais entrevistados salientou o envolvimento e responsabilidade maternos como uma dimensão fundamental de uma parentalidade ajustada, atribuindo ao pai um papel secundário, ou seja, um papel de complementaridade à figura materna. Estes

resultados mostram-se particularmente interessantes, uma vez que, por um lado, salientam a relevância na equitatividade de papéis e num modelo de coparentalidade e, por outro, fazem referência a tarefas no desenvolvimento da criança como atribuídas inteiramente à figura materna. Estes dados parecem refletir uma transição de paradigma na medida em que o modelo de parentalidade convencional começa a ser questionado. No entanto, denota-se, ainda, a manutenção de crenças muito enraizadas culturalmente (Borsa & Nunes, 2011).

No que concerne à parentalidade em contextos de risco, os pais entrevistados salientaram a história de vida dos progenitores como um dos determinantes que mais influencia a parentalidade. As vivências pessoais dos pais podem ter um grande impacto no estilo de parentalidade, dado que, os pais tendem a moldar os seus comportamentos de acordo com as suas aprendizagens. De facto, a literatura neste domínio tem enfatizado a relevância das vivências pessoais como fator determinante na parentalidade (Calheiros, 2011). No entanto, os modelos explicativos desenvolvidos até ao momento, apesar de fortemente difundidos, apresentam uma compreensão limitada deste fenómeno, uma vez que, se focam essencialmente em fatores intergeracionais (Barroso & Machado, 2010; Belsky & Jaffee, 2006). Como tal, existe a necessidade de procurar compreender este fenómeno através de um quadro mais integrativo e ecológico. Outro determinante da parentalidade mencionado pelos participantes foi o conflito entre o casal, o qual se apresenta como um fator de risco para o exercício da parentalidade. O conflito interparental pode contribuir para um comprometimento ao nível das capacidades comunicacionais entre os pais e a criança, assim como, a possíveis dificuldades em exercer práticas parentais/educacionais adaptativas. Consequentemente, a vivência do conflito pode desencadear consequências de ordem fisiológica, psicológica, comportamental, emocional e cognitiva nas crianças e nos pais (Lourenço et al., 2013; Sani, 2006). Relativamente ao desenvolvimento saudável da criança foram referenciadas essencialmente variáveis familiares (e.g. suporte afetivo e emocional consistente por parte dos progenitores, existência de vínculos seguros na relação pais-filhos e estabilidade familiar) e variáveis individuais da criança (e.g. capacidade de comunicação e socialização). De um modo geral, os discursos veiculados evidenciam uma sobrevalorização dos modelos intraindividuais, não sendo consideradas outras variáveis, nomeadamente variáveis contextuais.

Relativamente à percepção dos participantes acerca das famílias em contextos de risco, estes referenciaram que estas famílias provêm de contextos com baixos recursos económicos. Adicionalmente, reportaram que os pais parecem apresentar problemas de saúde mental e problemas emocionais (e.g. dificuldades em expressar emoções) sendo percecionados como indivíduos vulneráveis. A investigação nesta área, focada essencialmente no estudo das percepções sociais sobre famílias com crianças institucionalizadas e com baixos rendimentos económicos, tem evidenciado que, estas famílias são frequentemente associadas a características negativas (e.g. irresponsáveis, inseguros, instáveis) e a uma parentalidade disfuncional (Patrício et al., 2019).

Os participantes reportaram que as crianças que se desenvolvem em contextos de risco são vulneráveis emocionalmente (e.g. tristes, frágeis, isoladas), sendo, frequentemente, alvo de estigmatização e vitimação por parte dos grupos de pares. A literatura salienta também estas dimensões como sendo características das crianças em acolhimento institucional e das suas famílias (Patrício et al., 2019; Zappe, 2017). Estes dados são coerentes com os resultados de estudos que exploraram as características negativas associadas às famílias em contextos de risco, os quais evidenciam que estas têm um impacto negativo na sua saúde mental e bem-estar psicológico, o que por sua vez pode comprometer a eficácia da intervenção junto destas crianças (Magalhães et al., 2017).

Quanto ao sistema de apoio formal, os participantes sublinham dificuldades de intervenção com estas famílias, fazendo referência a uma maior resistência para a mudança, bem como a falta de colaboração dos pais para a intervenção. Efetivamente, estas percepções refletem algumas das dificuldades associadas a estas famílias e que podem decorrer do facto de estas apresentarem múltiplos problemas ao invés de uma problemática isolada como alvo de intervenção (Matos & Sousa, 2004). Estas famílias são muitas vezes multiassistidas por diferentes profissionais/entidades, o que origina um menor envolvimento e uma maior resistência face à intervenção que, consequentemente, podem comprometer a sua eficácia (Matos & Sousa, 2004). Para além disto, dado que a sinalização destas situações de risco normalmente não é realizada pelos membros da família, mas sim por outros sistemas, como a polícia, a escola ou os vizinhos, a motivação para a mudança pode ser mais reduzida (Matos & Sousa, 2004). Do ponto de vista da intervenção, os participantes priorizaram o desenvolvimento de competências parentais (e.g. práticas educacionais, gestão emocional, resolução de problemas e treino de assertividade) nestas famílias. É de salientar que um número significativo de participantes

assumiu um desconhecimento total acerca do sistema de promoção e proteção e, especificamente, da natureza da intervenção desenvolvida pelas entidades com responsabilidade neste domínio. Mais uma vez, é evidenciada uma perceção e representação pejorativa destas famílias, descritas como resistentes à mudança, pouco colaborativas e de difícil intervenção. Estas perceções podem ser exacerbadas pelo desconhecimento acerca do funcionamento das entidades de promoção e proteção, bem como, do seu modo de intervenção. Este desconhecimento pode contribuir para a responsabilização das famílias pela baixa eficácia de intervenção.

O presente estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas e que se prendem essencialmente com o processo de recolha de dados. As entrevistas foram realizadas por videoconferência e em circunstâncias de pandemia e, não presencialmente, como estava definido. Como tal, estas condições dificultaram o estabelecimento de uma relação de empatia, o que pode ter contribuído para uma maior desejabilidade social por parte dos participantes. A dimensão reduzida da amostra e o facto de esta ser pouco heterogénea, constitui-se também como uma das limitações do estudo, sendo relevante em estudos posteriores investir na maior representatividade do fenómeno. No processo de análise, procedeu-se à discussão da categorização e codificação com um investigador sénior, no entanto, teria sido uma mais valia em termos da validação de dados, a co-codificação por parte de um codificador independente.

Apesar das limitações acima mencionadas, este estudo acrescenta dados sobre as perceções da comunidade acerca da parentalidade de risco, sobressaindo uma visão algo negativa das crianças sinalizadas e das suas famílias. A literatura tem salientado que esta estigmatização e discriminação tem um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar psicológico dos progenitores e, conseqüentemente, dos seus filhos. Como tal, os resultados refletem a necessidade de desenvolver programas de prevenção com vista a aumentar o conhecimento e consciencialização da presença deste fenómeno em diferentes meios da sociedade, com o intuito de mitigar estes comportamentos discriminatórios. Concomitantemente, reforçam a necessidade de práticas de sensibilização junto da comunidade por parte dos profissionais do sistema de promoção e proteção, assim como uma maior divulgação do funcionamento deste sistema de apoio formal. Desta forma, a comunidade tornar-se-ia mais consciente desta problemática e estaria mais alerta para a devida identificação de potenciais contextos de risco. Assim, poderiam reportar estas

situações às entidades competentes e constituírem-se como importantes figuras de suporte informal a estas famílias, promovendo uma responsabilização comunitária.

Referências

- Álvarez-García, D., García, T., Barreiro-Collazo, A., Dobarro, A., & Antúnez, A. (2016). Parenting Style Dimensions as Predictors of Adolescent Antisocial Behavior. *Frontiers in Psychology, 7*, 1-9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01383>
- Arpini, D.M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão, 23*, 70–75. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>
- Azar, S. T., Reitz, E. B., & Goslin, M. C. (2008). Mothering: Thinking is part of the job description: Application of cognitive views to understanding maladaptive parenting and doing intervention and prevention work. *Journal of Applied Developmental Psychology, 29*, 295-304. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2008.04.009>
- Barber, B., Stolz, H., Olsen, J., Collins, W., & Burchinal, M. (2005). Parental Support, Psychological Control, and Behavioral Control: Assessing Relevance across Time, Culture, and Method. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 70*(4), I-147. <http://www.jstor.org/stable/3701442>
- Barros, J., Silva, K., & Martins, M. (2019). Alienação parental – Realidade e riscos. In J. Martins & M. Simões (Coords.), *Crime, Desvio e Risco na Adolescência* (pp. 152- 163). Lisboa: Edições Sílabo.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psicologica, (52-I)*, 211-229. https://doi.org/10.14195/16478606_52-1_10
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Regalia, C., & Scabini, E. (2011). Impact of family efficacy beliefs on Quality of family functioning and satisfaction with family life. *Applied Psychology: An International Review, 60*, 421-448. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2010.00442.x>
- Beck, A. (1997). *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro: Artmed Zahar.
- Belsky, J. & Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds), *Developmental psychopathology* (pp.38-77). 2a ed. New York: Wiley.

- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39. <https://doi.org/10.7213/rpa.v29i64.19835>.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts*, (3-28). <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/10317-001>
- Burrus, J., & Carney, L. C. (2015). Social Beliefs and Attitudes: Personality and the Isms. In J. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (Second Edition)* (pp. 162-167). Amsterdam, NL: Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.25082-4>.
- Bruner, J. S., & Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey (Ed.), *Handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 634-654). Cambridge, MA: Addison Wesley.
- Calheiros, M. M. (2011). Crenças do senso-comum sobre as causas do mau trato em Portugal.
- Camilo, C., Garrido, M. V., Ferreira, M. B., & Calheiros, M. M. (2019). How does mothering look like: A multidimensional approach to maternal cognitive representations. *Journal of Family Issues*, 40(17), 2528-2552. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X19860171>
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2001). Toward nature WITH nurture. *American Psychologist*, 56, 171-173. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.56.2.171b>
- Evans, G. (2006). Child development and the physical environment. *Annual Review of Psychology*, 57, 423-451. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190057>
- Freire, F. N., & Alexandre, J. D. (2015). Fatores de risco e proteção numa amostra de adolescentes de etnia cigana. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Org.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção, Vol.3* (pp. 119-144). Lisboa: Edições Sílabo.

- Gomes, A. J. S., & Resende, V. R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>
- Hoeve, M., Dubas, J. S., Eichelsheim, V. I., Van der Laan, P. H., Smeenk, W., & Gerris, J. R. (2009). The relationship between parenting and delinquency: A meta analysis. *Journal of abnormal child psychology*, 37(6), 749-775.
<https://doi.org/10.1007/s10802-009-9310-8>
- Hoghugh, M. S., & Long, N. (Eds.). (2004). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. Sage. <https://doi.org/10.4135/9781848608160>
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: a dynamic perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.
<https://doi.org/10.4135/9781452204000>
- Howarth, C. (2006). Race as stigma: Positioning the stigmatized as agents, not objects. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16(6), 442-451.
<https://doi.org/10.1002/casp.898>
- Jeon, S., & Neppl, T. K. (2016). Intergenerational continuity in economic hardship, parental positivity, and positive parenting: The Association with child behavior. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 22-32. <https://doi.org/10.1037/fam0000151>
- Keller, H., Lohaus, A., Volker, S., Elben, C., & Ball, J. (2003). Warmth and contingency and their relationship to maternal attitudes toward parenting. *The Journal of Genetic Psychology*, 164(3), 275-292.
<https://doi.org/10.1177/1354067x04042890>
- Leary, M.R., Allen, A.B., & Terry, M.L. (2011). Managing social images in naturalistic versus laboratory settings: Implications for understanding and studying self presentation. *European Journal of Social Psychology*, 41(4), 411-421.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.813>
- Linhares, M. B. (2015). Família e desenvolvimento na primeira infância: processos de autorregulação, resiliência e socialização de crianças pequenas. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari & M. F. Chicaro (Org.), *Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil: Parentalidade em foco* (pp. 70-83). Brasil.
- Lordelo, E. R., Fonseca, A. L., & Araújo, M. L. V. (2000). Responsividade do ambiente de desenvolvimento: crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos.

Psicologia: Reflexão e Crítica, 13(1), 73-80. <https://doi.org/10.1590/S01027972200000010000>

- Lourenço, L. M., Baptista, M. N., Senra, L. X., Adriana A, A., Basílio, C., & Bhona, F. M. D. C. (2013). Consequences of exposure to domestic violence for children: a systematic review of the literature. *Paidéia (ribeirão preto)*, 23(55), 263-271. <https://doi.org/10.1590/1982-43272355201314>
- Macana, E. C., & Comim, F. (2015). O papel das práticas e estilos parentais no desenvolvimento da primeira infância. *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco*, 34-47.
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 1-27. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.1>
- Machado, C., Gonçalves, M., & Vila-Lobos, A. J. (2002). Crianças expostas a múltiplas formas de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes. Vol. II: Crianças* (pp. 133-168). Coimbra: Quarteto.
- Magalhães, E., Calheiros, M. M., & Antunes, C. (2018). 'I always say what I think': a rights-based approach of young people's psychosocial functioning in residential care. *Child Indicators Research*, 11(6), 1801-1816. <https://doi.org/10.1007/s12187017-9511-6>
- Margolin G., & Gordis, E. B. (2000). The effects of family violence on children. *Annual Review Psychology*, 51, 445-479. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.445>
- Major, B., & O'Brien, L.T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>
- Matos, A. R., & Sousa, L. M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal of Social Work Practice*, 18(1), 65-80. <https://doi.org/10.1080/0265053042000180590>
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points of coparenting theory and research. *Journal of adult development*, 11(3), 221-234. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed>
- Meena, L., Pandey, S., Rai, M., Bharti, A., & Sunder, S. (2012). Knowledge, attitude, and practices (kap) study on HIV/aids among HIV patients, care givers and general

- population in north-eastern part of India. *International Journal of Medical Science and Public Health*, 2(1), 36-42. <https://doi.org/10.5455/ijmsph.2013.2.36-42>
- Mondin, E. M. C. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26(54), 233-244. <https://doi.org/10.7213/rpa.v26i54.19885>.
- Murray, C. (2003). Risk factors, protective factors, vulnerability, and resilience: A framework for Understanding and supporting the adult transition of youth with high incidence disabilities. *Remedial and Special Education*, 24(1), 16-26. <https://doi.org/10.1177/074193250302400102>.
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., de Santa Bárbara, S., & Machado, I. (2018). Mapping the “good mother”–Meanings and experiences in economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review*, 93, 418-427. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2018.08.029>.
- Newman, L., & Stevenson, C. (2005). Parenting and borderline Personality: Ghosts in the nursery. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 10(3), 385-394. <https://doi.org/10.1177%2F1359104505053756>
- Patrício, J. N., Lopes, D., Garrido, M. V., & Calheiros, M. M. (2019). The Social Image of Families of Children and Youth in Residential Care: A Characterization and Comparison With Mainstream Families With Different Socioeconomic Status. *Journal of Family Issues*, 40(15), 2146-2178. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X19855413>
- Parke, R., & Buriel, R. (2006) Socialization in the family: Ethnic and ecological perspectives. In W. Damon, M. Lerner (Series Eds.), & N. Eisenberg (Vol. Ed.). *Handbook of child psychology: Vol 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 429-504).
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.
- Rosenthal, R. (2000). Expectancy effects. In A.E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology*, vol 3. (pp. 294–296). New York, NY: American Psychological Association and Oxford University Press.

- Sameroff, A. (2010). A Unified Theory of Development: A Dialectic Integration of Nature and Nurture. *Child Development*, 81(1), 6-22.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>
- Smith, E. R., & Mackie, D. M. (2009). *Social psychology* (3rd ed.). New York, NY: Psychology Press.
- Sani, A. (2006). Vitimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, (180), 849-864.
- Senese, V. P., Bornstein, M. H., Haynes, O. M., Rossi, G., & Venuti, P. (2012). A cross-cultural comparison of mothers' beliefs about their parenting very young children. *Infant Behavior & Development*, 35(3), 479–488.
<https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2012.02.006>
- Silva, M. I., & Vieira, M. L. (2018). Relações entre a parentalidade e a personalidade de pais e mães: uma revisão integrativa da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 361-383. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38125>.
- Silva, M. D. R., & Piccinini, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24(4), 561-573. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000400015>
- Teti, D. M., & Cole, P. M. (2011). Parenting at risk: New perspectives, new approaches. *Journal of Family Psychology*, 25(5), 625-634. <https://doi.org/10.1037/a0025287>
- Van Mourik, K., Crone, M. R., Pels, T. V., & Reis, R. (2016). Parents' beliefs about the cause of parenting problems and relevance of parenting support: Understanding low participation of ethnic minority and low socioeconomic status families in the Netherlands. *Children and Youth Services Review*, 61, 345–352.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.12.028>.
- Van Brakel, W.H. (2006). Measuring health-related stigma — A literature review. *Psychology, health & medicine*, 11(3), 307–334.
<https://doi.org/10.1080/13548500600595160>
- Waters, E., & Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172.
<https://doi.org/10.1111/14678624.00130>
- Zappe, J. G., Patias, N. D., Patrício, J. N., Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de famílias com filhos em acolhimento e em contexto familiar: um estudo entre Brasil e Portugal. *Imagens*

sociais de famílias com filhos em acolhimento e em contexto familiar: um estudo entre Brasil e Portugal, (1), 181-204. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2017.34771>